



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

ENTRE A DANÇA E A INTERSECCIONALIDADE: maternidade solo frente às relações raciais

ENTRE LA DANZA Y LA INTERSECCIONALIDAD: la maternidad en solitario
frente a las relaciones raciales

BETWEEN DANCE AND INTERSECTIONALITY: solo motherhood in the face
of race relations

Marcia Martins Teixeira
Universidade Federal de São Paulo
mmartinsteixeira@hotmail.com

Marina Souza Lobo Guzzo
Universidade Federal de São Paulo
marina.guzzo@unifesp.br

Resumo: Este artigo é um desdobramento da pesquisa de mestrado “Mães que dançam sozinhas: a experiência de mães solo artistas da dança”, investiga a vida de três mães solo que atuam como artistas da dança. A pesquisa utilizou a metodologia de História Oral de Vida, que se baseia nas narrativas pessoais construídas a partir das experiências e memórias do sujeito. Ao valorizar a memória, essa abordagem fortalece identidades e promove a formação de uma consciência comunitária. O trabalho destacou a diversidade de experiências dentro da categoria “mãe solo”, abordando questões de interseccionalidade e criticando a divisão sexual do trabalho, que impõe às mulheres o duplo papel de cuidadoras e provedoras. O artigo destaca as histórias de: Maria, 44 anos, é mãe de uma menina de 7 anos e servidora pública, professora de dança de salão e produtora cultural. Maria se identifica como uma mulher negra. Olga, 36 anos, é mãe de um menino de 7 anos. Formada na área de marketing, bailarina e dançarina, Olga se identifica como uma mulher negra. Ilza, 30 anos, é mãe de um menino de 8 anos. Formada em dança, profissionalizou-se como bailarina. Ilza é uma pessoa indígena. As experiências de racismo e preconceito desde a infância trouxeram impactos para a criação dos filhos e a construção de identidades raciais dessas mulheres. O estudo também explorou como a educação racial e a conscientização das identidades influenciam a criação dos filhos, enfatizando a importância da inclusão e do reconhecimento das diversas experiências vividas por essas mulheres.

Palavras-chave: Mãe solo. Interseccionalidade. Educação racial.



Resumen: Este artículo que es una derivación de la investigación de máster Madres que bailan solas: la experiencia de las artistas de danza solas, investiga la vida de tres madres solas que trabajan como artistas de danza. La investigación utilizó la metodología de la Historia Oral de la Vida, que se basa en narraciones personales construidas a partir de las experiencias y recuerdos del sujeto. Al valorizar la memoria, este enfoque refuerza las identidades y promueve la formación de una conciencia comunitaria. El trabajo destaca la diversidad de experiencias dentro de la categoría «madre soltera», abordando cuestiones de interseccionalidad y criticando la división sexual del trabajo, que impone a las mujeres el doble papel de cuidadoras y proveedoras. El artículo destaca las historias de: María, 44 años, madre de una niña de 7 años, funcionaria pública, profesora de bailes de salón y productora cultural. María se identifica como mujer negra. Olga, de 36 años, es madre de un niño de 7 años. Licenciada en marketing, bailarina y bailarina de bailes de salón, Olga se identifica como mujer negra. Ilza, de 30 años, es madre de un niño de 8 años. Es licenciada en danza y se ha profesionalizado como bailarina. Ilza es indígena. Las experiencias de racismo y prejuicios desde la infancia han influido en la educación de sus hijos y en la construcción de las identidades raciales de estas mujeres. El estudio también exploró cómo la educación racial y la conciencia de las identidades influyen en la crianza de sus hijos, haciendo hincapié en la importancia de la inclusión y el reconocimiento de las identidades raciales.

Palabras clave: Madre soltera. Interseccionalidad, Educación racial.

Abstract: This article, an offshoot of my master's research "Mothers who dance alone: the experience of solo mothers who are dance artists", investigates the lives of six solo mothers who work as dance artists. mothers who work as dance artists, exploring their resistance strategies for reconciling solo motherhood with their profession. The research used the Oral Life History methodology, allowing the interviewees to share their stories freely. The study addresses intersectionality and the diversity of experiences within the "solo mother" category, criticizing the sexual division of labor that burdens women with the dual role of caregiver and provider. The participants recognized the political importance of the term "solo mother", highlighting class, race and gender consciousness. The article highlights the stories of three interviewees: Maria, Olga and Ilza. Maria and Olga faced challenges related to racism and prejudice since childhood, which impacted the upbringing of their children and the construction of their racial identities. The research explores how racial education and awareness of these identities influence the upbringing of their children, underlining the importance of inclusion and recognition of the diverse experiences they have lived through.

Keywords: Solo mother. Intersectionality. Racial education.

Introdução

Esse artigo é um recorte da pesquisa de mestrado intitulada "Mães que dançam sozinhas: a experiência de mães solo¹ artistas da dança". A pesquisa estudou a história de vida de três mulheres que são mães solo e profissionais da dança a partir das suas experiências e vivências, na busca de compreender quais são suas estratégias de resistência diante dos desafios e enfrentamentos da maternidade solo e a conciliação com a profissão na área da dança. Para

¹ O termo "mãe solo" surgiu com o intuito de desvincular a maternidade com o estado civil da mulher. O termo acolhe mães que, sozinhas, assumem o compromisso de criar e educar seus filhos (Nota da pesquisadora).



alcançar esse objetivo, a metodologia aplicada foi a História Oral de Vida. De acordo com Meihy e Holanda (2015), a história oral de vida é uma metodologia que se baseia nas narrativas pessoais construídas a partir das experiências e memórias do sujeito. Essas narrativas revelam aspectos individuais e coletivos de um passado compartilhado, ainda em construção. Ao valorizar a memória, essa abordagem fortalece identidades e promove a formação de uma consciência comunitária.

O método empregado para a seleção dos participantes foi o da "bola de neve". Ele começou com a primeira participante, uma professora que já acompanhava o trabalho de dança há alguns anos, que aceitou o convite e indicou mais duas participantes. Além disso, por meio da plataforma digital Instagram, identificamos Ilza. A escolha do método "bola de neve" se justifica pela natureza exploratória da pesquisa e pela dificuldade inicial em identificar um grupo específico de mães solo artistas da dança. A rede de contatos da professora colaboradora e a busca no Instagram mostraram-se estratégias eficazes para acessar participantes com o perfil desejado.

Para garantir a confidencialidade e o anonimato, as participantes foram representadas por pseudônimos² escolhidos por elas mesmas. Algumas optaram por utilizar o nome de suas avós maternas, em alusão à ancestralidade e à geração que as precederam.

A base teórica é construída mediante a integração interdisciplinar das ciências humanas, ciências sociais aplicadas, saúde e práticas corporais e, neste contexto, a dança. Desta forma, Guzzo (2023) nos convida a refletir sobre as práticas de cuidado e saúde. Quando falamos de cuidado, estamos nos referindo à saúde e ao bem-estar. A autora explora como a dança, ao ser pensada como uma prática de cuidado, pode servir como um dispositivo transformador não só no campo das artes, mas também na área da saúde. "Uma dança que amplia a noção de corpo, para um corpo coletivo a partir de forças e gestos de encontro" (Guzzo, 2023, p.12):

Eu danço realmente para ter saúde, para não me perder ou para conseguir não me desequilibrar tanto. Eu consigo transformar o desequilíbrio em movimento, em dança. Tanto para a teoria quanto para a prática (Ilza).

Também, Ferreira (2023) examina o cuidado através da arte e fundamenta-se na relação interconectada entre cuidado e arte como um meio de subjetivar o autocuidado. Com isso, a arte se transforma em uma possibilidade de autocuidado, favorecendo não apenas a saúde, mas também o bem-estar:

² Pseudônimos escolhidos por elas: Maria, Olga e Ilza.



Os saberes que constituem nossas noções de cuidado, baseados na simultânea relação entre a esfera individual e coletiva que este último pressupõe, são capazes de transcender à força hegemônica à medida que permaneçam plurais. Assim, torna-se possível a partir da valoração da própria existência, nas suas mais diversas formas e possibilidades, subjetivar o autocuidado como um direito primordial, e a arte não mais como um luxo (Ferreira, 2023, p. 54).

Como cita Guzzo (2023), a dança pode ser uma experiência que permite o reconhecimento de si e do mundo:

Através do processo artístico concebemos a dança como prática estética porque promove a condução e sustentação de uma experimentação afetiva e perceptiva de si e do mundo, a partir do corpo. Esse corpo, que dança, observa outros corpos que dançam, que partilha e organiza referências múltiplas de ser e modos de fazer dança, adentra uma série de processos de regeneração de si e do mundo, a partir da estética (Guzzo, 2023, p. 13).

O corpo materno que a dança está em constante movimento e ocupação, impulsionado pela necessidade de preencher espaços, habitar ambientes e afirmar sua presença de forma contínua. Esse corpo não apenas coexiste com o ambiente reivindicado, mas se relaciona com ele, adaptando-se ao tempo e ao espaço enquanto seu lugar. Contudo, essa ocupação vai além do ato de simplesmente preencher espaços físicos: o corpo que materna e a dança interage com a cultura, a natureza e os espaços de modo sonoro. Ele carrega um saber que se articula com o ambiente e atravessa o tempo — passado, presente e futuro. Esse corpo materno-dançante torna-se, assim, um agente de desconstrução, rompendo com os moldes e padrões.

Nesse contexto, as reflexões de Greiner (2005) sobre a necessidade de desconstruir padrões e lidar com os preconceitos, especialmente aqueles relacionados ao gênero, ganham relevância. O corpo materno que dança enfrenta desafios que vão além do simples cuidado físico dos filhos; ele é confrontado com sistemas de opressão e expectativas sociais que precisam ser questionadas e superadas para que a maternidade possa ser vivenciada de uma maneira “possível” entre os diferentes mundos que as mães da nossa sociedade estão inseridas:

A desconstrução, assim como a semiótica, ensina que o modo como percebemos o mundo não é o modo como o mundo é. O aqui e o agora já foram no momento em que nos referimos a eles. O que fica são apenas princípios reguladores pelos quais se entende a existência presente e,



paradoxalmente, sempre ficam também como parte do futuro [...] também a história do patriarcalismo e do racismo. Assim, uma das funções da desconstrução seria, portanto, a de identificar as oposições binárias (Greiner, 2005, p. 85).

Para além disso, o estudo se ancorou na necessidade de discutir a terminologia e conceituação de “mãe solo” ao promover uma compreensão da interseccionalidade e da diversidade de experiências dentro dessa categoria. A discussão amplia-se para uma crítica à divisão sexual do trabalho que historicamente relega às mulheres, especialmente em contextos de monoparentalidade, o duplo papel de cuidadoras e provedoras, muitas vezes sem o devido reconhecimento ou remuneração equitativa.

Finamori (2019) aponta os diversos atravessamentos que a experiência da maternidade envolve: “carreira, gravidez, parto, formas de criação, redes de apoio, sexualidade, aborto, sobrecarga, romantização da maternidade e da ausência paterna” (FINAMORI, 2019, p. 9). Segundo a autora, os aspectos citados têm um impacto significativo na vida da mulher, especificamente no que compõem a maternidade solo; da mesma forma, essas questões refletem no contexto social.

As participantes reconhecem o termo “mãe solo” e seu significado político, o que evidencia a crescente popularidade da “expressão”. Ainda, nos deparamos com a perspectiva de consciência de classe, raça e gênero de cada participante. Isso aponta um entendimento de como esses marcadores influenciaram suas trajetórias.

Maria e Olga, ao narrarem sua história de vida, destacam as questões ligadas à raça e aos preconceitos que enfrentaram desde a infância, além das dificuldades adicionais na criação de seus filhos. As suas experiências narradas transcendem as dificuldades da maternidade solo, revelando as lutas ligadas ao processo de construção de uma identidade racial consciente.

Suas narrativas não apenas expressam as angústias comuns à maternidade solo, mas também revelam as lutas específicas que enfrentam em seus processos de conscientização de identidade racial. Ao contar sua história, Maria expõe as marcas do racismo e das desigualdades estruturais em sua vida e compartilha como busca enfrentar essas questões na criação de sua filha:

Além de ter que me posicionar no dia a dia, eu também preciso ensinar minha filha a se posicionar dentro da escola, para que ninguém a maltrate ou a ofenda, e para que ela não volte para casa chorando, como já aconteceu muitas vezes com minhas irmãs e comigo (Maria).



A luta de Maria vai além de ensinar sua filha a se defender na escola; ela batalha contra um regime de hierarquização e categorização racial. Como cita Passos (2020, p. 119), “a naturalização desse modelo que hierarquiza os indivíduos a partir da categorização racial atravessa de forma perversa a vida das mulheres negras”. Passos (2020) fala sobre o sofrimento das mulheres mães negras diante do modelo de cuidado deixado pelo colonialismo e questiona: “vai ser o racismo o alicerce desse sistema hierárquico que reparte a humanidade entre inferiores e superiores através de algumas marcas e, no caso brasileiro, essa marca está estabelecida pela cor da pele” (Passos, 2020, p.117).

A maternidade para uma mãe negra não é vivida da mesma forma que a de uma mãe branca; suas preocupações e inquietações sobre seus filhos são distintas. A angústia de Maria na busca por proteger a filha do racismo traduz as dores de muitas mães negras. Maria procura, através da conscientização racial³, orientar e educar a filha. Durante a infância, Maria não recebeu esse suporte de seus pais. Ela compreende que, naquela época, eles também não tinham acesso a muitas informações. “O que significa que as pessoas que são verdadeiramente oprimidas o sabem, mesmo que não participem em resistências organizadas nem consigam expressar por escrito o caráter da sua opressão” (Hooks, 2019, p. 9).

Maria e Olga tiveram que lidar sozinhas com os preconceitos raciais que sofreram na infância. Por fim, Passos (2020) destaca que não podemos permitir a naturalização de processos que oprimem as mulheres negras, entendendo que suas dores e sofrimentos não são iguais aos de outras mulheres brancas. “Dessa forma, apontamos a nossa preocupação com o processo que vai homogeneizar as mulheres e desconsiderar o que atravessa e marca o existir da mulher/mãe negra” (Passos, 2020, p. 126).

De acordo com Vieceli (2020), em 2018, mais de 12 milhões de pessoas viviam em famílias monoparentais, sendo 90,30% chefiadas por mulheres que criavam seus filhos sozinhas. Dessas famílias, 67,5% eram pretas ou pardas e 31,2% brancas, e 20,60% viviam em situação de extrema pobreza. As famílias nomeadas pelo IBGE com domicílios pobres representavam 54% do total, sendo 63% pretas e pardas e 39,60% brancas, o que correspondia a 8% da população do país. A partir dos dados levantados, cabe uma importante observação: a pesquisa não apresenta dados especificando as mulheres indígenas.

Segundo Longhini (2022), foi apenas no censo de 2010 que a divisão racial foi feita em cinco grupos: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. A autora

³ Há um exercício permanente e vibrante de ação antirracista no contexto de uma conjuntura econômica adversa, que alimenta sentimentos latentes de intolerância racial, étnica e religiosa, aos quais o Estado procura responder com campanhas educativas de combate ao racismo, evitando a impunidade dos crimes raciais e reparando as condutas discriminatórias (Carneiro, 2011, p. 137).



salienta que a categoria indígena⁴ não se refere a uma cor específica e, principalmente, que há uma grande diversidade entre os povos e etnias. Assim, enfatiza novamente a complexidade de categorizar os povos indígenas como raça ou etnia. “Enquanto as quatro primeiras categorias fazem referência a cores, a categoria indígena não nomeia uma cor em específico, uma vez que nossos povos/etnias são múltiplos e diversos no fenótipo, na cultura e nos modos de vida” (Longhini, 2022, p. 112).

Por outro lado, Ilza só teve a confirmação de sua identidade como pessoa indígena quando iniciou seus estudos em dança na universidade no estado de Minas Gerais. Foi lá que ela encontrou seu povo Puri, que é da região sudeste do Brasil. Ilza, em seu processo de retomada como pessoa indígena, optou por não usar o seu nome de batismo, adotando o nome Puri. Também passou por uma transição de gênero e agora se identifica como uma pessoa não binária:

Fui descobrir depois de grande que lá em Minas tem muito Puri. Hoje tem mais, na época nem tinha tanto, mas foi o contato que eu tive ali com a Purizada de Minas Gerais. Aqui no Espírito Santo, a gente passou por uma colonização muito massacrante. Então, as nossas famílias aqui têm muito menos registro — praticamente nenhum — das nossas histórias, dos nossos ancestrais. Enquanto eu estava aqui, sempre houve uma dúvida, porque eu não estava junto com outros parentes, não tinha como trocar experiências, e isso é muito importante. No processo de identificação, eu não sou Puri sozinha, eu sou Puri junto com meus parentes (Ilza).

As narrativas de Maria, Olga e Ilza revelam a maternidade solo atravessada por raça, gênero e classe, onde a dança emerge como dispositivo de resistência, cuidado e conexão ancestral. Dessa forma, reafirma-se a dança como espaço de transformação social e luta, transcendendo sua função estética para fortalecer a presença do corpo materno-dançante em espaços historicamente negados. Essas vivências conduzem à reflexão sobre como o corpo ressignifica espaços, movendo-se, criando e resistindo.

Gênero, interseccionalidade e o feminismo negro

Simone de Beauvoir, em seu livro “O Segundo Sexo”, publicado pela primeira vez em 1949, questionou a inferioridade sistêmica imposta às mulheres, observando que “sim, as mulheres, em seu conjunto, são hoje inferiores aos

⁴ A entrada da categoria indígena no IBGE, ela não tem sido suficiente para lutar contra a invisibilização estatística. Isso se deve a diversos motivos: assim como a população negra, que em sua maioria se marca como parda e não como negra (CARNEIRO, 2005), também a população indígena se marca parda devido aos processos racistas que dificultam a enunciação (Longhini, 2022, p. 77).



homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores” (Beauvoir, 2009, p. 24,25).

Mais de sete décadas depois, essa análise ainda ressoa, pois, apesar dos avanços, a desigualdade de gênero persiste não apenas no Brasil, mas em escala global. A prevalência de mulheres na população poderia sugerir um progresso na equidade de gênero, mas a realidade das estatísticas de empregos, salários e representação política, entre outras, indica que ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar a igualdade verdadeira e substancial entre os gêneros.

Ao longo da história, a luta pelos direitos das mulheres propiciou o surgimento de diversos termos e conceitos que enriquecem as discussões sobre a condição feminina na sociedade. Conceitos como: feminismo, gênero e interseccionalidade, entre outros, têm sido fundamentais para essa evolução.

A antropóloga Gayle Rubin foi uma das primeiras a utilizar "gênero" como um conceito teórico. Em 1975, no seu trabalho "O Tráfico de Mulheres", Rubin introduziu a ideia do "sistema de sexo/gênero", que descreve como as sociedades transformam as diferenças biológicas em dicotomias de gênero com implicações sociais profundas. Este conceito abriu caminho para uma análise mais complexa das interações entre gênero, poder e sociedade, consolidando a importância do estudo de gênero como uma ferramenta crítica nas discussões sobre igualdade e direitos humanos.

Rubin (1993) ainda discursa sobre os aspectos que definem a ideia de sistema de sexo/gênero:

Chamo a essa parte da vida social “sistema de sexo/gênero”, por falta de um termo mais preciso. Um “sistema de sexo/gênero”, numa definição preliminar, é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas (Rubin, 1993, p. 3).

Judith Butler (2013), em seu influente livro “Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade”, aponta as questões de gênero de um modo provocativo, contribuindo significativamente para os estudos teóricos nos campos do feminismo e das questões de gênero. Butler argumenta que as questões de gênero não são formadas a partir de uma coerência ou consistência inerentes, mas são profundamente influenciadas pelos contextos históricos. “o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade” (Butler, 2013, p. 20).

Paralelamente, o termo “interseccionalidade” vem sendo adotado cada vez mais no âmbito acadêmico; todavia, para Patrícia Hill Collins (2019), a interseccionalidade não deve ser restrita apenas ao contexto acadêmico, Collins argumenta que, enquanto o uso acadêmico do termo é importante para



desenvolver uma compreensão teórica dessas dinâmicas, é importante que a interseccionalidade seja igualmente valorizada e aplicada dentro de movimentos ativistas e de militância. Ela acredita que incorporar a interseccionalidade nesses contextos pode ajudar a direcionar esforços e políticas mais eficazes que reconheçam e abordem as complexidades das experiências vividas pelas pessoas afetadas por diferentes formas de opressão.

Segundo Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), articulam, a partir da teoria da Interseccionalidade, e analisam como as forças estruturais da sociedade moldam as experiências pessoais:

Interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2020, p. 16,17).

Collins (2019) ressalta especialmente a relevância da experiência como elemento fundamental para compreender as dinâmicas sociais. Collins entende que a experiência vivida é um vetor essencial não apenas para a interpretação das interações sociais, mas também para a validação do conhecimento epistemológico. Isso implica que entender as experiências individuais é essencial para construir uma base de conhecimento sólida a partir das realidades vividas pelos sujeitos. Segundo Collins, é através das experiências concretas das pessoas que podemos acessar e validar conhecimentos frequentemente marginalizados por abordagens mais tradicionais, consolidando assim uma compreensão mais inclusiva e multidimensional da sociedade.

É importante analisar aspectos pertinentes ao feminismo negro. No início dos movimentos feministas, as experiências das mulheres negras não eram consideradas. O feminismo predominante, marcado por perspectivas brancas e de classe média, assumia que todas as mulheres enfrentavam a mesma luta. Essa abordagem ignorava marcadores como raça e classe, deixando de lado as dificuldades específicas enfrentadas pelas mulheres negras. O feminismo branco, muitas vezes, não via a diversidade dentro da própria categoria "mulher", pois a considerava uma categoria universal, o que acabava por invisibilizar ou diminuir a importância das lutas das mulheres negras. “Essa temática da mulher negra era invariavelmente tratada como subitem da questão geral da mulher, mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade



da população feminina” (Carneiro, 2011, p. 112).

Essa falta de reconhecimento se estendia a questões como o direito ao trabalho. Enquanto muitas feministas brancas lutavam por acesso ao trabalho como uma forma de emancipação, para muitas mulheres negras, trabalhar era uma realidade imposta e entrelaçada com racismo e sexismo. O trabalho, portanto, significava coisas diferentes para mulheres negras e brancas, o que revelou a necessidade de uma abordagem que levasse em conta essas diferenças. As mulheres negras lutavam não só contra o racismo, mas também contra a opressão que vivenciavam:

O enorme espaço que o trabalho ocupou na vida das mulheres negras, segue hoje um modelo estabelecido desde o início da escravatura. Como escravas, o trabalho compulsoriamente ofuscou qualquer outro aspecto da existência feminina. Parece assim, que o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras sob a escravatura começa com a apreciação do papel de trabalhadoras (Davis, 2016, p. 10).

O feminismo negro destaca a luta contra o racismo, estereótipos de gênero e privilégios de classe, focando na realidade específica das mulheres negras. No trecho a seguir, Hooks (2019) apresenta sua narrativa pessoal, revelando a partir de qual perspectiva ela aborda o feminismo:

A minha consciencialização da luta feminista foi estimulada pela conjuntura social. Por ter crescido numa casa sulista de negros da classe trabalhadora, dominada pelo pai, vivenciei (assim como a minha mãe, as minhas irmãs e o meu irmão) vários níveis de tirania patriarcal, o que me deixava indignada – nos deixava a todos indignados. Essa indignação levou-me a questionar a política do domínio masculino e deu-me a possibilidade de resistir à sociabilização sexista (Hooks, 2019, p. 8,9).

Levando em conta a multiplicidade que compõe a experiência humana, este estudo buscou reunir narrativas que refletissem essa diversidade, analisando diferentes contextos sociais a partir da escuta de três mulheres. Reconhece-se, no entanto, que essa amostra não abarca a complexidade e a totalidade das camadas que compõem a realidade social brasileira, marcada por desigualdades históricas e estruturais.

Longhini (2022) discute as questões indígenas a partir do conceito de raça raramente utilizado. Na maioria das vezes, o termo adotado ao se referir ao povo indígena é “etnia”. Ela ainda discute quão problemáticos são os conceitos de raça e etnia, visto que não conseguem dimensionar adequadamente a diversidade e a complexidade das experiências raciais no Brasil, incluindo a



perspectiva indígena, que é frequentemente esquecida ou negligenciada. Assim, enfatiza a importância de manter uma visão crítica sobre como esses termos são utilizados. Além disso, evidencia-se que, nas discussões sobre racismo, os problemas enfrentados pelos indígenas são menos discutidos em comparação com os enfrentados por pessoas negras:

A categoria raça é fundamental nos estudos e na luta antirracista e é dela que outros conceitos, como branquitude, derivam. Se essa pertinência já está estabelecida de alguma forma nos estudos referentes ao racismo anti-negros, não se pode afirmar o mesmo quando se pensa na sua interlocução com povos indígenas, pois ainda temos um caminho menos consolidado nesses espaços de disputa (Longhini, 2022, p. 26).

Segundo Longhini (2022), as pessoas se reconhecem enquanto pessoas brancas a partir desse ponto, ou seja, ser branco é o que as torna humanas. “Ao mesmo tempo, em que raças biológicas não existem, o racismo existe como uma violência baseada em uma ilusão. Nessa fantasia, apenas pessoas não brancas teriam raça, enquanto brancos seriam considerados simplesmente humanos” (Longhini, 2022, p. 29).

Collins e Bilge (2020) destacam a complexidade envolvida na utilização de um termo ou expressão, observando como, às vezes, ele não abrange todas as experiências de um povo, podendo assim minimizar essas experiências. Talvez não sejam apenas os termos 'etnia' e 'raça' que falhem em capturar integralmente as experiências dos povos indígenas; devemos também considerar quantos outros termos e expressões não conseguem definir adequadamente certas experiências. Esta reflexão faz eco à frase de introdução desta pesquisa, na qual Ilza diz. “A maternidade solo é uma sobrecarga que não cabe em palavras, só você vivendo mesmo” (Ilza).

A partir da discussão de Longhini (2022) sobre como uma expressão ou termo não consegue captar plenamente o significado de algumas experiências, Collins e Bilge (2020) também reforçam essa ideia:

A expressão “povos indígenas” fala de experiências e desafios globais compartilhados, mas também minimiza as experiências e os desafios únicos de grupos em diferentes Estados-nação. O tema das perspectivas variadas que podem surgir dentro e através de diversos contextos sociais influencia as diferenças na própria interseccionalidade (Collins; Bilge, 2020, p. 283).

Ilza, em seu relato, expõe sua perspectiva sobre a colonização de seu corpo e evoca memórias de uma infância em que seus 'nãos' eram respeitados,



diferentemente das mudanças enfrentadas em sua trajetória:

Virei as costas e fui embora. Eu lembro que a professora ficou me pedindo muito para entrar no palco. Eu falei que não, ponto. Por vezes, eu fico pensando nesse 'NÃO' tão decisivo que eu tinha quando era criança. Depois que cresci, fui sendo podada nisso de poder dizer não e ser respeitada no meu limite, mas enfim, a gente vai aprendendo (Ilza).

Retomando Collins (2019), a partir da sua abordagem sobre as experiências e interseccionalidade:

As mulheres afro-americanas deparam com essas imagens de controle não como mensagens simbólicas desencarnadas, mas como ideias concebidas para dar sentido a nossa vida diária. O trabalho e as experiências familiares das mulheres negras criam as condições sob as quais as contradições entre as experiências cotidianas e as imagens de controle da condição de mulher negra se tornam visíveis. Ver as contradições nas ideologias possibilita abri-las à desmistificação. Assim como SojournerTruth desconstruiu o termo mulher usando suas próprias experiências de vida para desafiá-lo, as afro-americanas fazem o mesmo todos os dias de várias maneiras. As poucas Maria Stewart, SojournerTruth, Ella Surrey e Johnny Mae Fields de que ouvimos falar talvez sejam menos uma afirmação sobre a existência das ideias das mulheres negras que um reflexo da supressão de suas ideias. Como diz Nancy White, moradora de um bairro central pobre de uma grande cidade: “Eu gosto de dizer o que penso. Mas não faço isso muito, porque a maioria das pessoas não se importa com o que penso”. Como Marita Bonner, muitas mulheres negras permanecem inertes por fora... mas e por dentro? (Collins, 2019, p. 203).

O trabalho e as experiências familiares das mulheres negras revelam as contradições entre suas vidas cotidianas e as imagens de controle⁵ estereotipadas que a sociedade tem sobre elas. Collins (2019) evidencia que reconhecer essas contradições nas ideologias dominantes possibilita desmistificá-las. A autora compara o processo de desconstrução dessas imagens à abordagem de SojournerTruth, uma ativista do século XIX, que desafiou o conceito de mulher por meio de sua própria experiência de vida, destacando-se com a fala emblemática “Ain't I a Woman⁶?” proferida em uma convenção de

⁵ Imagem de controle aplicada às mulheres negras estadunidenses é a da mammy- a serviçal fiel e obediente. Criada para justificar a exploração econômica das escravas domésticas e mantida para explicar o confinamento das mulheres negras ao serviço doméstico, a imagem da mammy representa o padrão normativo usado para avaliar o comportamento das mulheres negras em geral (Collins, 2019, p. 155).

⁶ Ain't I a Woman?: é “Não sou eu uma mulher?” (SojournerTruth).



direitos das mulheres em 1851.

Truth foi uma voz crucial na luta pelos direitos civis e pela igualdade de gênero nos Estados Unidos. Collins também faz referência a outras figuras históricas femininas e acentua a persistência e a resistência das mulheres negras ao longo da história. Assim também, destaca as experiências das mulheres negras e o desafio contínuo de serem ouvidas e valorizadas em uma sociedade que muitas vezes as marginaliza.

Ao mencionar mulheres como Nancy White e Marita Bonner, Collins (2019) ilustra como muitas mulheres negras se sentem silenciadas ou ignoradas em suas comunidades, apesar de terem opiniões e perspectivas válidas. Nesse contexto, a experiência de Ilza se assemelha à de Nancy White, que se sente podada e silenciada enquanto mulher. Por outro lado, o texto de Collins aponta que, embora muitas mulheres negras possam parecer passivas por fora, suas mentes e emoções estão em constante atividade e questionamento.

As participantes deste estudo trazem narrativas que refletem seus diversos contextos sociais e de classe, também retratam um tema muito presente na vida das mulheres: a maternidade. Todavia, dentro dos movimentos feministas, esse tema se torna um ponto de tensão, especialmente porque se parte da premissa de que o feminismo não acolhe as mães adequadamente. Por fim, Collins sublinha a complexidade das experiências das mulheres negras e o desafio contínuo de serem ouvidas e valorizadas.

O processo de colonização, hierarquização e subjugação do Brasil foi sistematicamente aplicado não apenas às mulheres, mas também aos povos indígenas e africanos. Portanto, Barbosa, Pires e Di Gregório (2023) revelam como essas práticas foram muitas vezes endossadas e reforçadas por instituições científicas e religiosas para dominar e explorar esses grupos. Como resultado, esses povos continuam enfrentando marginalização e violação de seus direitos até os dias atuais, apesar dos séculos de desenvolvimento humano:

A história humana é perpassada por relações, sejam elas de gênero, raça/etnia e classe desde o início dos tempos. No Brasil, desde a invasão colonial, o processo de hierarquização e subjugação dos povos indígenas, africanos e das mulheres foi forjado pelas ciências e pela religiosidade, com o objetivo de dominar e explorar as alteridades (Barbosa; Pires; Di Gregório, 2023, p. 20).

Dessa forma, o feminismo negro, fundamentado nas contribuições de autoras como Sueli Carneiro, Patricia Hill Collins, Angela Davis e Bell Hooks, reafirma a interseccionalidade como um instrumento essencial para a compreensão das desigualdades estruturais que afetam as mulheres negras. Ao considerar a interseção entre gênero, raça e classe, o referencial teórico não



apenas evidencia a centralidade das vivências na produção do conhecimento, mas também expõe as limitações do feminismo hegemônico em abarcar essas perspectivas. As narrativas e experiências dessas mulheres demonstram a urgência de uma escuta atenta e de um compromisso efetivo com a transformação social, destacando a relevância das estratégias de resistência por elas envolvidas. Nesse contexto, o feminismo negro não apenas expande os horizontes da teoria feminista, mas também fortalece a luta por uma justiça social verdadeiramente interseccional e inclusiva, reafirmando a necessidade de movimentos que acolham as múltiplas vozes e experiências femininas na construção de uma sociedade mais equitativa.

Interseccionalidade mães-filhas(os)

A interseccionalidade tem se concentrado em reunir lutas isoladas de pessoas negras e chicanas, povos indígenas, mulheres e grupos similares historicamente privados de direitos (Collins, 2020, p. 292).

A trajetória de vida de Maria, Olga e Ilza apresenta semelhanças, especialmente na busca pela conscientização da identidade racial. No entanto, é importante destacar o papel significativo dos marcadores sociais da diferença, como classe, raça, gênero e sexualidade, nesse processo. Assim, vamos analisar trechos das narrativas de Maria, Olga e Ilza para entender como esses aspectos influenciam suas experiências.

Maria recorda que desde muito cedo percebeu sua identidade como uma criança negra, mesmo que esse assunto não fosse abertamente discutido em sua casa. Ela e suas irmãs tinham consciência disso, e cada uma lidava com o preconceito de forma diferente. Desde os sete anos, Maria enfrentava confrontos e brigas com os meninos na escola, enquanto sua irmã mais nova frequentemente voltava para casa chorando. Além disso, ao longo da adolescência, Maria desenvolveu estratégias para se fortalecer diante do racismo presente no meio social em que vivia.

Maria destaca a importância do diálogo familiar sobre racismo e identidade desde a infância. Embora essa conversa não tenha acontecido em sua casa, todos reconheciam sua identidade como uma família negra. Sua mãe sempre defendia as filhas diante das adversidades:

A gente sabia que todo mundo era negro em casa, acho que isso é importante quando você sabe desde pequena, aí você se reconhece. Mas não é fácil, porque você não é escolhida para nada; minha irmã já apanhou na escola, eu arrumava muita briga, com sete anos, batia nos meninos



quando me chamavam de neguinha. Eu sempre fui a que mais enfrentava. A minha irmã mais nova não, mas sou briguenta mesmo, a que vai para o confronto se precisar (Maria).

Ao longo do tempo, Maria percebeu que o preconceito estava presente em diversos aspectos de sua vida, desde ser seguida por seguranças em lojas até ser excluída de atividades sociais:

Foi na adolescência que entendi que eu precisava me valorizar. Motivarme, eu não fico esperando a motivação de outras pessoas. Tem gente que fica. Eu falava para mim mesma, você é linda, você é linda. Acredito que isso foi o que me fez aguentar a fase da adolescência e me deu uma autoestima. Eu sabia que não era normal aquilo que eu sofria, ser seguida em loja (Maria).

Assim como Maria, a vida de Olga tem pontos em comum. Ambas são filhas de pais negros, e dentro de suas casas nunca houve uma conversa sobre racismo ou identidade. No entanto, levou um tempo para Olga entender as questões raciais por conta própria. Somente na adolescência é que esse aspecto foi compreendido.

Na vivência de Olga na dança, foi onde enfrentou os primeiros preconceitos. Mesmo sem falar sobre o assunto, sua mãe sempre esteve ao seu lado. Olga entende que sua mãe conduziu as coisas de uma forma que ela mesma pudesse perceber os preconceitos e se posicionar. No entanto, como ela mesma diz, naquela época não se tinha acesso a tanta informação como hoje:

Minha mãe me colocou no balé, então eu comecei a frequentar, tinha 4-5 anos na época. A professora costumava me separar da turma e fazer piadas sobre o meu cabelo. Houve uma vez que ela me pegou pelo braço e me levou no colo, fazendo cara de nojo para que as crianças rissem de mim, até me colocar no lugar onde eu deveria ficar. Depois desse dia, disse que não queria mais, mas não entendi direito, porque eu acho que era apenas uma mágoa. Naquela época, uma criança de 4-5 anos não entende o que é racismo. Eu não entendia por que ela estava fazendo aquilo; achava que era um problema comigo, Olga, e não pela minha cor (Olga).

Olga menciona que sua mãe sempre manteve seu cabelo natural, mas na adolescência, Olga decidiu alisar o próprio cabelo e sua mãe respeitou e não a impediu. Sua mãe trabalhou como empregada doméstica até o casamento, outro ponto em comum com a história de Maria. O casamento de seus pais sempre foi muito conturbado; apesar disso, permaneceram por anos vivendo na mesma



casa, embora separados. Olga frisa que foi muito amada pela família, especialmente pelo pai, que sempre fez de tudo por sua felicidade:

Então, para a minha mãe, o racismo era muito comum; não tinha essa questão de olha, isso é racismo. Ela sabia que era normal o “negro ficar para trás”. Na minha adolescência, minha mãe defendia o que era para eu fazer por mim. Por exemplo, quando eu fui alisar o cabelo, ela tentou de todo jeito que eu não alisasse, só que não houve uma conversa do tipo “olha, você não tem que mudar o que você devido ao racismo dos outros”; isso não aconteceu, mas eu acho que é porque ela mesma não tinha essa informação (Olga).

Olga emociona-se ao narrar a história de sua família, especialmente ao mencionar seu pai com imenso afeto. Embora seu pai tenha falecido há cerca de dois anos e apesar dos desafios enfrentados pela família, ela cresceu em um lar com muito amor:

Meu pai só queria me ver feliz, ele fazia tudo por mim. Meu pai teve uma vida e infância muito sofrida; ele era nordestino, teve onze irmãos, era um dos mais velhos, então passou fome, preconceito. Meu pai só conhecia o sofrimento, para ele o racismo era normal, também não chegou a ter essa conversa sobre racismo (Olga).

A descoberta de sua identidade indígena foi um marco na vida de Ilza. Criada distante de suas raízes, ela enfrentou o desafio do apagamento histórico de sua etnia. Foi na universidade que se conectou com seu povo e teve o primeiro contato com o povo Puri, iniciando um processo de retomada de sua cultura.

Estou contente por estar na dança de me manter viva no meu corpo, na minha casa, no meu dia a dia, com o meu filho e a nossa cultura. É claro que também bebo da fonte de outras culturas, mas, neste momento, estou procurando focar no que me interessa: a maternidade e a minha retomada como pessoa indígena (Ilza).

No trecho a seguir, Ilza expõe os preconceitos arraigados na sociedade, que subestima o trabalho artístico e seus profissionais, revelando uma visão limitada e equivocada sobre o papel da arte. Essa percepção se reflete no modo como os profissionais da dança são, em alguns espaços, tratados com desrespeito e desvalorização de seu conhecimento e inteligência. A posição de saberes, que coloca a arte em um patamar inferior, evidencia uma perspectiva elitista e excludente, ignorando a importância da arte como forma de expressão,



comunicação, conhecimento e transformação social. O posicionamento de Ilza representa um grito de resistência contra essa visão preconceituosa, convidando-nos a compensar nossos conceitos sobre arte e trabalho, além de reconhecer o valor fundamental dos profissionais da dança e de outros artistas na construção de uma sociedade:

Trabalho dando aula de dança em uma comunidade. Estou aprendendo um monte de coisa, principalmente a cuidar de crianças. Uma pessoa que é profissional da arte enfrenta dificuldades para ser respeitada por profissionais de outras áreas. Eles sempre acham que sabem mais do que a gente, que podem faltar com respeito a qualquer momento, como se fôssemos apenas professores de dança, entende? Como se a nossa inteligência fosse menos inteligência. Essas são as coisas que a gente passa. Em qualquer espaço, a gente incomoda – seja pela nossa presença como artista, seja pela nossa presença como mãe (Ilza).

Ilza, ao recusar vestimentas tradicionalmente associadas a um gênero específico, desafia as normas de gênero binárias em seu ambiente de trabalho, o que desencadeia reações de estranhamento e julgamento:

Estou em um processo de transição, não me identificando mais como mulher, mas me entendendo como pessoa não binária, transitando entre gêneros e explorando minha liberdade com o meu corpo. Lá, todo mundo usa calça jeans e sutiã apertado, mas eu não sou assim. Sou livre. Eu rolo no chão com as crianças e isso incomoda. Essa liberdade incomoda. Eu vejo na cara das pessoas que incomodam. E vou continuar incomodando (Ilza).

As narrativas de Maria, Olga e Ilza ilustram a intrincada teia de preconceitos que permeiam suas vidas, revelando como racismo, discriminação de gênero e a desvalorização da arte se entrelaçam, erguendo barreiras e impondo desafios. Para além das dificuldades, suas histórias ressaltam a importância da conscientização sobre identidade racial e de gênero, da resistência contra o apagamento histórico e da luta incessante por reconhecimento e respeito à diversidade. A reflexão sobre esses temas nos convida a desconstruir estereótipos e preconceitos, reconhecendo a complexidade das experiências individuais e coletivas. Nesse sentido, torna-se imperativo criar espaços de debate e discussão que promovam a identidade cultural, a equidade de gênero e a educação antirracista, impulsionando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A frase final de Ilza, "E vou continuar incomodando", ecoa como um grito de resistência, reafirmando a importância de abrir caminho para a liberdade e a autenticidade.



Como educar crianças negra-indígena-branca?

Eu sinto que as pessoas colocam a maternidade, principalmente quando é apenas uma pessoa que está à frente, em um buraco, lá, no fundo da casa, porque ninguém quer ver. Ninguém quer se preocupar com isso, porque é mais uma demanda (Maria).

Ao narrar as histórias de vida de Maria, Olga e Ilza, percebe-se que a ausência de orientação e informação sobre suas identidades, tanto por parte de suas famílias quanto através da educação escolar, contribuiu para o longo caminho até a afirmação de uma consciência racial.

Diante desse ponto, surgem novas reflexões: os pais de crianças brancas educam seus filhos para não serem racistas? Ou será que a maneira de educar uma criança branca difere da educação de uma criança negra ou indígena? É relevante observar se os problemas enfrentados por uma criança negra ou indígena são semelhantes aos de uma criança branca:

Eu já me peguei pensando, será que não estou amadurecendo-a antes do tempo? Será que eu não estou trazendo assuntos que não são da idade dela? Mas se eu não falar, vai acontecer, e ela só vai ficar triste sem entender. Então, eu sinto uma grande diferença entre a educação de uma criança preta e de uma criança branca. Eu não sinto que as famílias brancas ensinem suas crianças sobre as questões raciais (Maria).

Maria compartilhou suas angústias em relação à criação de sua filha. Além de criar a filha sozinha, sua preocupação é ensiná-la a se defender contra todos os preconceitos da sociedade. Maria e Olga, por exemplo, tiveram que lidar com a ausência de informações sobre sua identidade racial e descobriram sozinhas como se posicionarem diante dessas questões:

Ensino minha filha a questionar, e se posicionar, ela vai pontuar. E lidar com o ambiente na escola, porque é uma escola particular e a maioria das crianças são brancas [...] E isso é para que ela consiga lá mesmo dizer: "Não, você vai me respeitar, não é assim que se fala." E levar o caso para a professora, a coordenadora, para quem for necessário (Maria).

Sueli Carneiro (2011) aborda o racismo infantil, a partir do livro "Do silêncio do lar ao silêncio escolar", de Eliane Cavalleiro (2000). O livro é baseado na dissertação de mestrado da autora, onde ela observou as interações entre



professores e alunos, bem como entre os próprios alunos. Eliane expôs os estereótipos e estigmas enfrentados pelas crianças negras na escola, incluindo relatos de discriminação e bullying racial. As crianças negras enfrentam desafios na escola, como a falta de reconhecimento e elogios pessoais, enquanto as crianças brancas são mais valorizadas e elogiadas como sujeitos:

As manifestações discriminatórias foram ouvidas nos momentos em que algo era disputado: poder, espaço físico ou companhia. As crianças repetiam os ensinamentos e comportamentos discriminatórios dos adultos. Foi nesse contexto que um garoto branco sugeriu a outro garoto negro que levasse para casa um carrinho abandonado no tanque de areia, porque “preto tem que roubar mesmo (Carneiro, 2011, p. 71).

Ainda, Maria e Olga expressam o anseio de criar seus filhos de forma distinta das experiências vividas por seus pais. Por outro lado, Ilza, busca criar um ambiente mais acolhedor e igualitário para seu filho. Ilza procura, assim, garantir que seu filho não seja submetido às mesmas adversidades e limitações que ela enfrentou, aspirando proporcionar-lhe oportunidades e condições mais favoráveis para o desenvolvimento. Essas abordagens maternas demonstram uma reflexão a partir de uma consciência sobre as questões de raça e identidade, bem como a necessidade de construirmos um mundo mais inclusivo e equitativo para as próximas gerações. Elas refletem não apenas as experiências individuais das mães, mas também as dinâmicas sociais que moldam e influenciam as práticas parentais dentro das diferentes comunidades.

Maria relata as estratégias que emprega para lidar com as diversas questões que emergem ao longo das diferentes fases da infância de sua filha:

Numa época, minha filha pediu para alisar o cabelo. Ela tem uns cachos lindos. Eu falei para ela: Olha, mamãe, pode fazer uma escova, a gente escova e depois você lava e os cachinhos voltam. O cabelo cacheado permite fazer muitas coisas. Agora, o cabelo liso não dá para cachear sempre. Você vai perder esses cachinhos? E fui trabalhando isso, dizendo: Olha, você é a coisa preta mais linda da mãe. Você é linda. Então, estou sempre afirmando que ela é linda, que ela tem o seu valor (Maria).

A complexidade na educação dada a uma criança negra ou indígena se torna evidente quando consideramos a responsabilidade de criar uma criança. Portanto, é necessário analisar o cuidado e as questões psicossociais e afetivas que permeiam a maternidade:

Acredito que uma educação respeitosa é o fruto que eu vou colher. Eu não sei que fruto eu vou colher, porque não tenho resposta para isso. As



crianças de hoje, da idade da minha filha, vêm com outra educação e a gente não tem crianças ainda grandes dessa geração, ou seja, não temos adultos com essa educação. Acho que tem mais, mas são bem poucos (Maria).

Por último, ao compartilhar suas preocupações na criação de sua filha, Maria revisita os desafios e batalhas enfrentados por mulheres como ela. Quando surge a oportunidade de ser nomeada em homenagem à sua avó, Maria aceita prontamente, revelando seu entusiasmo. Nesse contexto, Maria personifica as diversas "Marias-mães" que existem pelo Brasil, cada uma lidando com diferentes tipos de preconceitos da nossa sociedade:

E eu me vejo na obrigação de ter que ensinar a minha filha a se defender do racismo, sendo que ela poderia apenas viver a infância dela. Isso, para mim, às vezes me machuca, porque eu poderia simplesmente deixar e dizer "vai viver, vai brincar com as crianças. Não precisa fazer diferença, vai brincar", mas eu sei que tem crianças que vão agir por maldade. E eu não quero que ela volte para casa chorando porque alguém a maltratou pela cor da pele. É isso, minha filha é pra frente. Choro e emoção (Maria).

A urgência de uma educação antirracista e intercultural que reconheça e valorize a diversidade é notória. A educação de crianças negras e indígenas exige, sobretudo, a consideração das questões psicossociais e afetivas decorrentes do racismo e da discriminação. Nesse sentido, é fundamental que pais, educadores e a sociedade em geral se comprometam a desconstruir estereótipos e preconceitos, criando um ambiente seguro e acolhedor para todas as crianças, independentemente de sua raça ou etnia. Afinal, a busca por uma educação igualitária é essencial para a construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Considerações finais

Nesta pesquisa, investigamos as vivências de três mães solo artistas da dança. Através da análise interseccional, evidenciamos como raça, gênero e classe se entrelaçam nas vivências dessas mulheres, revelando desafios específicos. A dança emergiu como dispositivo de resistência de cuidado. A luta contra o apagamento histórico e a busca pela reconexão com as raízes culturais, exemplificada por Ilza, foram pontos centrais.

A conscientização da identidade racial mostrou-se determinante nas histórias de Maria, Olga e Ilza. Maria e Olga cresceram sem orientação sobre



suas identidades raciais, enquanto Ilza buscou suas origens na vida adulta. O desafio de educar seus filhos de forma diferente, promovendo a conscientização sobre suas origens, foi destacado. A luta contra o apagamento sistemático de suas comunidades e a necessidade de resgatar identidades e ancestralidades foram temas recorrentes. A pesquisa buscou cumprir esse papel, resgatando a ancestralidade e a importância da identidade racial.

A pesquisa, no entanto, revelou lacunas. A amostra não abarca a totalidade das experiências de mães solo artistas da dança no Brasil. Futuras pesquisas poderiam ampliar o escopo da investigação, incluindo mais participantes de diferentes contextos sociais e aprofundar a investigação sobre práticas parentais de mães negras e indígenas, bem como o papel da escola na promoção da igualdade racial. A urgência de uma educação antirracista e intercultural foi evidenciada, com destaque para a ausência de diálogo sobre identidade racial nas famílias de Maria e Olga. O debate sobre identidade racial e cultural, portanto, não deve se restringir ao âmbito familiar, mas sim abordar questões estruturais da sociedade brasileira.

Este artigo contribui para o debate sobre interseccionalidade e maternidade solo, oferecendo um olhar reflexivo sobre mulheres que desafiam estereótipos. Ao dar voz a essas mulheres, buscamos promover a reflexão sobre a importância da igualdade de gênero e racial, bem como a necessidade de políticas públicas que garantam apoio às mães solo artistas da dança. A resistência dessas mães se expressa por meio da dança, da parentalidade consciente e da luta por reconhecimento e equidade, reafirmando a importância da representatividade e da valorização das identidades raciais.

Referências

BARBOSA, C. DE F.; PIRES, E. O.; DI GREGÓRIO, M. DE F. A. Mães Solo: disputas e embates da monoparentalidade feminina na contemporaneidade. **ODEERE**, Jequié, v. 8, n. 2, p. 19-40, 31 ago. 2023.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.



COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, A. C. **Dimensões do autocuidado na experiência de mulheres artistas da Baixada Santista**. 2023. 72 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/e02f755a-797d-45b9-8ec3-af5352544009>. Acesso em: 3 maio 2024.

FINAMORI, S. "Mães solo": parentalidades, conjugalidades e noções de família. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43., 2019. **Anais** [...] Caxambu, MG, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2019, p. 1-16.

GREINER, C. **O corpo**: pistas para estudos indisciplinados. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

GUZZO, M. S. L. "Se não posso dançar, não é minha revolução": autocuidado e hapticalidade como práticas políticas. **Quadernos de Psicologia**, Barcelona, v. 25, n. 1, p. 19, 2023.

HOOKS, B. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LONGHINI, D. N. G. **Nhandeayvu é da cor da terra**: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. 2022. 132 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_473f48c5fe4ec5a1940f122e090045b6. Acesso em: 24 nov. 2023.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PASSOS, R. G. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **Revista EM PAUTA**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 116-129, jan./jun. 2020.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a "Economia Política" do Sexo. Recife: Editora SOS Corpo, 1993.



VIECELI, C. P. **Mulheres chefes de família e a vulnerabilidade à pobreza**. Brasília, DF: Contee, 2020. Disponível em: <https://contee.org.br/mulheres-chefes-de-familia-e-a-vulnerabilidade-a-pobreza/>. Acesso em: 8 dez. 2022.

Recebido em: 11/09/2024

Aceito em: 17/03/2025